

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>71.851.371,77</b>	<b>433.497,69</b>
Pessoal Ativo	60.973.822,25	348.229,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.877.549,52	85.267,96
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>10.426.939,34</b>	<b>118.359,95</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	35.678,92	33.091,99
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.391.260,42	85.267,96
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>61.424.432,43</b>	<b>315.137,74</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>61.739.570,17</b>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	676.655.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,009124
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,017151
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,016249

FONTE: SIAFI, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 17/set/2014 às 15h e 00m

**Notas:**

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.
2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 543, de 15/9/2014.

**JOSÉ ADRIANI BRUNELI DESTEFFANI**  
 Secretário de Administração e Orçamento

**FÁBIO ROSADO BARBOSA**  
 Coordenador de Controle Interno

**ALVIMAR DIAS NASCIMENTO**  
 Diretor Geral

**ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON**  
 Presidente do TRE/ES